

POSIÇÕES ARGUMENTAIS E PROPRIEDADES SEMÂNTICAS*

(Argument Positions and Semantic Properties)

Márcia CANÇADO**

(Universidade Federal de Minas Gerais)

ABSTRACT: *This paper presents a different approach to projection rules between a syntactic structure and a conceptual semantic structure. The approach is different in the sense that, to propose those rules, also known as Thematic Hierarchy Principle, I deal only with four semantic properties – trigger, affected, state, and control – and their combinations. Besides, the projection rules are not constructed by thematic roles as is usual in the current literature. Differing from other proposals, the localization of an argument in a specific syntactic position is due to the property that composes the thematic role (and not to the thematic role per se). Thematic roles here are defined as a set of semantic properties, assigned to a certain argument, derived from the entailments established for the whole proposition where this argument is located.*

KEY-WORDS: *arguments; adjuncts; semantic properties; projection rules.*

RESUMO: *Este artigo apresenta uma diferente abordagem para as regras de projeção da estrutura semântica conceitual sobre a estrutura sintática. A abordagem é diferente no que diz respeito à utilização de somente quatro propriedades semânticas – desencadeador, afetado, estativo, controle – e suas combinações para a elaboração dessas regras de projeção, também conhecidas como Princípio da Hierarquia Temática. Além disso, as regras não são elaboradas com papéis temáticos, como o usual na literatura. Diferentemente de outras propostas, a localização de um argumento em determinada posição sintática se deve à propriedade que compõe o papel temático (e não pelo papel temático “per se”). Papéis temáticos são definidos como um grupo de propriedades atribuídas a um determinado argumento a partir dos acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se.*

PALAVRAS-CHAVE: *argumentos; adjuntos; propriedades semânticas; regras de projeção.*

* Este artigo é uma reformulação parcial das propostas de Cançado (2003a e b), introduzindo a revisão de alguns conceitos teóricos fundamentais.

** Agradeço o apoio financeiro do CNPq. (mailto:mcancado@ufmg.br).

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo central apresentar uma proposta, na interface semântica lexical/sintaxe, que estipula regras de projeção das propriedades da estrutura conceitual semântica sobre as posições argumentais da sentença. É conhecida e aceita por várias correntes lingüísticas a existência dessa ligação entre as estruturas sintática e semântica, sendo essa ligação mais conhecida como Princípio da Hierarquia Temática. Vários são os lingüistas que apresentaram propostas nesse sentido, utilizando-se do conceito de papéis temáticos e de uma hierarquia entre essas funções semânticas e as funções sintáticas. Entretanto, é sabido que, apesar das noções de papel temático e hierarquia serem de extrema relevância na gramática das línguas, existem dois grandes problemas envolvendo essas noções que fazem muitos desistirem de aceitá-las como partes integrantes de uma teoria gramatical. Um primeiro problema é que as hierarquias propostas não apresentam uma mesma ordenação entre os papéis da hierarquia temática estabelecida. Um segundo problema deve-se à inconsistência das definições usadas para os papéis temáticos. Este artigo tem, pois, como finalidade, apresentar uma proposta que minimize esses problemas.

O objetivo principal de autores que fizeram propostas para o Princípio de Hierarquia sempre foi o de expressar as generalizações sobre a ordem dos argumentos de um predicador¹: os argumentos mais baixos na hierarquia são compostos semanticamente antes com o predicador do que os argumentos correspondentes a papéis temáticos mais altos (Bresnan & Kanerva, 1989). Partindo desse pressuposto, assumo também essas idéias gerais, entretanto, não as assumirei como um princípio, mas sim, de uma maneira mais descritiva, usarei a terminologia “regras de projeção”. Com isso, estou simplesmente assumindo que as línguas têm uma tendência, em geral, de seguir essas regras.

As idéias que aqui são apresentadas seguem basicamente o esquema abaixo:

a) As regras de projeção organizam os argumentos lógicos dos predicadores, isto é, as regras estabelecem a correlação entre as propriedades

¹ Seguindo sugestão de Raposo (1992), usarei o termo predicador para que não seja confundido com o predicado VP.

semânticas acarretadas por um predicador e as posições de argumento externo e interno das sentenças.

b) As regras são construídas não pelos papéis temáticos *per se*, mas pelas propriedades semânticas que os compõem.

c) Para a atribuição de papel temático aos argumentos de um predicador, deve-se levar em conta toda a proposição em que este se encontra, mesmo as estruturas de adjunção.

O vantajoso no sistema que apresento é que, neste modelo, não são os papéis temáticos que fazem parte das regras de projeção, mas as propriedades semânticas, relevantes gramaticalmente, que compõem os papéis. Como já realcei, o grande problema apresentado pelas hierarquias propostas é exatamente o de não apresentar uma ordem dos papéis de uma maneira única, apesar de a hierarquia ser pressuposta universal. Compare os exemplos abaixo; veja que após o agente, não existe um consenso entre quais são os papéis relevantes para a hierarquia e nem que ordem seria a universal:

- (1) Agent > Location/Source/Goal > Theme (Jackendoff 1972);
- (2) Agent > Effector > Locative > Theme > Patient (Foley & Van Valin 1984);
- (3) Agent > Beneficiary > Experiencer > Instrument > Theme/Patient > Locative
(Bresnan & Kanerva 1989).

Se adotarmos que existem propriedades que podem estar presentes em todos os papéis listados acima, não precisaremos mais estabelecer se é o beneficiário ou o experienciador o mais proeminente em uma dada ordem ou hierarquia, mas sim, estabelecer se os papéis têm ou não determinada propriedade relevante para a sua proeminência. O importante é que essa propriedade pode aparecer tanto em um experienciador, quanto em um agente, quanto em um beneficiário, não fixando, portanto, uma ordem rígida para os papéis em uma hierarquia, mas uma ordem para as propriedades. O positivo de se fazer essa troca de papéis temáticos para propriedades semânticas é que lidaremos com um número menor de propriedades, e que as propriedades propostas parecem apresentar definições mais intuitivas. Embora essas propriedades aqui apresentadas ainda se valham, às vezes, de definições que não apresentam muita convergência na literatura (ainda que sejam noções bastante intuitivas), o número dessas noções – uso

apenas quatro propriedades semânticas – é mais reduzido que a lista de papéis temáticos apresentada pela literatura vigente (veja os exemplos acima). Papéis temáticos serão definidos como sendo um grupo de propriedades semânticas derivadas dos acarretamentos da proposição em que esse papel se encontra, usando para tal procedimento a idéia da composicionalidade na atribuição dessas funções semânticas. É exatamente o caráter mais flexível dos acarretamentos e a abordagem composicional dada às relações temáticas que permitem atribuir um estatuto teórico aos papéis temáticos, assumindo-os como parte de uma teoria gramatical e, até mesmo, fundamentando a estipulação das regras de projeção da estrutura conceitual semântica sobre a estrutura sintática das sentenças. Portanto, creio que a proposta que apresento é um passo na direção de se estabelecer regras de projeção entre a sintaxe e a semântica que funcionem de uma maneira mais abrangente.

O artigo é estruturado da seguinte forma: na seção 1, faço uma pequena introdução ao tema; na seção 2, estabeleço a definição de papéis temáticos adotada; na seção 3, apresento as propriedades semânticas que serão utilizadas; na seção 4, descrevo a passagem do evento para a estruturação semântica e a da estruturação semântica para a estruturação sintática; na seção 5, apresento as regras de projeção, justificando-as com dados do português brasileiro; concluo com uma breve revisão sobre o que foi apresentado.

2. Os Papéis Temáticos

Faz-se necessário, *a priori*, definir a noção de papel temático usada na elaboração das regras de projeção. De uma maneira geral, as relações temáticas estabelecem-se entre um verbo e seus argumentos. Por exemplo:

- (4) João quebrou o vaso com um martelo.

Em (4), o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *João* e de paciente ao *vaso*. Autores como Anderson (1979), Cinque (1980), Torrego (1985) e Giorgi e Longobardi (1991) estendem essa noção também aos sintagmas nominais, e Higginbotham (1985) estende a noção de papel temático aos adjetivos. Explicando melhor, os autores citados consideram que alguns NPs e APs também podem ser atribuidores de papéis temáti-

cos. Diferentemente, Franchi (1997) assume que as relações temáticas não só podem se estabelecer entre todos os itens lexicais (incluindo aí as preposições), mas também podem se estabelecer entre expressões complexas. Para definir papel temático, Franchi vale-se da proposta de Dowty (1989, 1991), que, embora em outro quadro teórico, tenta estabelecer uma definição mais rigorosa para o conteúdo semântico dos papéis temáticos². Dowty, informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos lexicais³, partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Partindo dessa idéia, Franchi propõe que os papéis temáticos se definem a partir da família de acarretamentos partilhados por argumentos de “expressões predicadoras” e não, de verbos. Uma primeira motivação para se trocar verbos por expressões predicadoras é que se pode incluir, nessa alteração, os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição). Uma segunda motivação é que assumindo a idéia da predicação entre expressões pode-se dar conta do processo composicional que constrói o sentido das expressões complexas⁴.

Seguindo os dois autores acima, baseio-me, primeiramente, na parte da proposta de Dowty que decompõe os papéis temáticos em propriedades semânticas derivadas dos acarretamentos estabelecidos entre os itens lexicais. Porém, assumo uma direção inversa à do autor, que trata papéis temáticos enquanto uma noção “fuzzy” (não-discreta) e prototípica. Ao contrário, o foco maior da minha proposta são as propriedades, enquanto noções discretas, que compõem os papéis temáticos. A essas propriedades é que será atribuído um estatuto teórico. Em segundo lugar, apesar de adotar a idéia da composicionalidade na atribuição de papéis temáticos, proposta por Franchi (e, em parte, por outros), distancio-me do autor, em sua preocupação de estabelecer um formalismo na sintaxe que seja paralelo ao processo semântico da predicação composicional. Segundo Franchi

² Embora Dowty (1989, 1991) não assuma os papéis temáticos como parte da gramática, mas sim, como parte do mundo real, o autor deixa claro em seu artigo que reformular suas afirmações em um quadro teórico que assumo dois níveis, o sintático e o semântico, e estabelecer uma ligação entre eles não é incompatível com sua proposta.

³ Dowty (1989, 1991) define acarretamento lexical de um predicado como o grupo de todas as coisas que podemos concluir sobre x somente por saber que a sentença x *predicador* y é verdadeira.

⁴ Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Franchi (1997).

(1997:61): “a predicação (semântica) é uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou, componencialmente, entre expressões complexas, correlata das operações construtivas que as combinam na derivação sintática”. Diferentemente, não me comprometo com esse paralelismo sintático, assumindo que a atribuição dos papéis temáticos se dá na estrutura conceitual semântica, anteriormente à estruturação sintática. Com isso, estou adotando uma direção para o processo da construção da sentença. Se a atribuição de papel temático se dá na estrutura conceitual e são esses papéis que organizarão a estrutura sintática, a construção da sentença só pode ter a direção da estrutura semântica para a sintaxe. Muitos poderiam se perguntar como adoto, então, a noção de acarretamento para definir papel temático, se não existe uma sentença formada antes da atribuição dessas funções semânticas? A resposta a essa pergunta vem da proposta de Jackendoff (1990, 1997), segundo a qual as relações de inferências, incluindo os acarretamentos lógicos, estão localizadas na estrutura conceitual semântica. Como estou adotando que certas informações da estrutura conceitual semântica são anteriores e organizam a estruturação sintática, adoto também que a noção de acarretamento é anterior à formação das sentenças, ou seja, o acarretamento é estabelecido entre os sentidos, entre as proposições⁵. Baseada nesses pressupostos, proponho a seguinte definição para os papéis temáticos:

- (5) O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento encontra-se.

Ilustrando a proposta, temos que, na sentença em (4), o papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João*, estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrar*

⁵ Não seria divergente assumir a atribuição de papel temático na semântica, paralelamente, a uma construção sintática dos itens lexicais, como propõe Franchi, Jackendoff e a maioria de autores que trabalha nessa interface. Com isso, a hierarquia seria um mecanismo de checagem, e só passariam as sentenças bem formadas semanticamente; por exemplo, uma sentença com um agente em posição de argumento interno seria gerada na sintaxe, mas barrada pela hierarquia temática. Contudo, parece-me que esse mecanismo é mais custoso e, como não percebo a inadequação de se adotar uma ordem para a estruturação linguística, adoto a direção da semântica para a sintaxe.

vaso com martelo. Ou seja, se é verdade que *João quebrou o vaso com um martelo*, então, é necessariamente verdade que *João*:

- tem controle sobre o desencadeamento do processo;
- teve intenção de quebrar o vaso;
- e, conseqüentemente, é animado;
- usou um instrumento para tal ação; etc.

Assumo, pois, que o papel temático do argumento *João* na sentença em (4) é o grupo de propriedades listadas acima.

Uma importante observação: é só a partir da proposta de Franchi, com a composição de *quebrar o vaso* e *com o martelo*, que se pode atribuir a intenção a *João*. Se a atribuição de papel temático ao argumento *João* é feita somente pelo verbo *quebrar*, ou mesmo pelo VP *quebrar o vaso*, não teríamos como afirmar que *João* age com intenção; ele poderia, por exemplo, ser somente uma causa, dependendo do conteúdo semântico da adjunção:

- (6) João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

Veja, ainda, como exemplo, que se não assumirmos a predicação composicional, não teríamos como fazer as distinções entre os papéis temáticos nas sentenças:

- (7) a. Paulo quebrou o vaso com um martelo.
 b. Paulo quebrou o vaso com o empurrão que levou.
 c. Paulo quebrou sua promessa.
 d. Paulo quebrou a cabeça no acidente.
 e. Paulo quebrou a cabeça com aquele problema.
 f. Paulo quebrou a empresa.
 g. Paulo quebrou.
 h. Paulo quebrou a cara.

Evidentemente que os exemplos acima podem envolver fenômenos, tais como expressões idiomáticas, polissemias, ambigüidades e vagezas de termos. Entretanto, não seria interessante, do ponto de vista teórico, afirmar que existem oito itens *quebrar*, com diferentes entradas lexicais. Mas se adotarmos que a atribuição de papel temático é um processo composicional, que envolve não só os argumentos, mas também os adjuntos de

uma sentença, pelo menos no que diz respeito aos papéis temáticos, não seriam problemáticos os exemplos em (7)⁶.

Outro problema que é contornado pela definição em (5) é a questão de uma atribuição dupla de papel temático a um mesmo argumento, ou a questão de dois argumentos terem o mesmo papel temático, atribuições essas geradas muitas vezes pela inconsistência das definições usuais atribuídas aos papéis temáticos. Por exemplo, considere as orações abaixo, comuns na linguagem coloquial do português brasileiro:

- (8) a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
 b. A mãe casou a filha bem.
 c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Nas análises correntes, teríamos problemas para atribuir os papéis temáticos do objeto das sentenças em (8), porque *garoto/filha/filhos* seriam agentes, no sentido em que eles desencadeiam um processo; entretanto, também, seriam classificados como pacientes, no sentido em que são afetados pela ação do *professor/mãe/pai*. Ainda, *professor/mãe/pai* também seriam classificados como agentes. A atribuição de dois papéis temáticos a um único argumento e de um único papel temático a dois argumentos de uma mesma sentença contraria o conhecido critério-theta, aceito por várias correntes lingüísticas. Entretanto, se pensarmos em um grupo de propriedades atribuídas ao argumento pelos acarretamentos da relação predador/argumento, como sendo o papel temático desse dado argumento, não teremos nenhum problema para classificar os papéis temáticos em (8). A *professor/mãe/pai* pode-se atribuir o seguinte papel temático: tem controle sobre a ação, desencadeia um processo, etc. A *garoto/filha/filhos* seria atribuído o seguinte papel temático: desencadeia um processo, é afetado por uma ação, etc. É exatamente esse caráter flexível da reformulação da proposta de Dowty (1989, 1991), aqui empregada, que nos permite integrar os papéis temáticos a uma teoria gramatical⁷.

⁶ Resta o problema de como registrar essas informações temáticas no léxico. Existe um trabalho, em desenvolvimento, que trata especificamente desse ponto ("Propriedades Semânticas e Construções Polissêmicas", M. A. Damasceno – em prep. Dissertação de mestrado, UFMG).

⁷ Além da proposta de Dowty (1989, 1991), Jackendoff (1990) também faz uma proposta, em termos de dois planos semânticos, o plano da ação e o plano temático, que permite a um papel temático ter mais de uma propriedade. Entretanto, a proposta de Jackendoff exige um custoso mecanismo de indexação entre esses dois planos, e desses dois planos para a sintaxe, parecendo-me mais econômica a idéia de Dowty.

Retomando a definição de papel temático em (5), observa-se ainda que a definição de papel temático dada como a interseção de qualquer conjunto de acarretamentos deixa um problema em aberto: pode-se encontrar uma lista enorme de propriedades. Como os propósitos teóricos aqui almejados pressupõem um sistema de propriedades semânticas específicas, ou seja, a caracterização empírica do sistema de papéis temáticos do português brasileiro, relevantes para uma teoria gramatical, deve-se, pois, definir esse sistema. Na verdade, é necessário definir certas propriedades semânticas que constituem o papel temático dos argumentos, propriedades essas, relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais, como, por exemplo, as regras de projeção da semântica na sintaxe.

3. As Propriedades Semânticas

Para os propósitos deste artigo, tem-se, pois, que definir quais são as propriedades semânticas que têm um papel relevante na ligação entre as estruturas sintática e semântica. Em um processo empírico, foi analisada a correlação entre as funções sintáticas e semânticas de sentenças que contêm os papéis temáticos normalmente mais investigados na literatura⁸. Os acarretamentos decorrentes dessas sentenças foram analisados e, como resultado, foram encontradas quatro propriedades semânticas, fundamentais para o estabelecimento das regras de projeção da semântica na sintaxe: *ser um desencadeador de um processo, ser afetado por esse processo, ser ou estar em um determinado estado e ter controle sobre o desencadeamento, o processo ou o estado*. Daqui para frente, nomearei essas quatro propriedades como: desencadeador, afetado, estativo e controle.

Primeiramente, temos as três propriedades semânticas principais, relacionadas às três grandes categorias semânticas: desencadeador, que é uma propriedade relacionada a ações/causações; afetado, que é relacionada a processos; e estativo, que é relacionada a estados. O controle é uma propriedade compatível com as três propriedades citadas acima. Entretanto, diferentemente dessas propriedades, o controle nunca ocorre isolado. Tentarei, inicialmente, definir as quatro propriedades principais. Isso não é feito sem problemas, mas acredito que muitas das definições são intuitivas e que existe um certo consenso entre os falantes a respeito do sentido dessas propriedades.

⁸ Foram investigadas várias classes de verbos no português brasileiro, em um total de aproximadamente 1100 verbos (Cançado, 1995; Moreira, 2000; Silva, 2002; Wenceslau, 2003).

3.1. O Controle

O controle é uma propriedade que sempre aparece, na literatura, associada à noção de agente. Entretanto, a minha proposta é que não só os agentes são associados ao controle, como também alguns pacientes e, até mesmo, experienciadores e estativos. O controle aqui será definido como a capacidade de se interromper uma ação, um processo ou um estado; conseqüentemente, podemos associar o controle à propriedade de ser animado. Podemos perceber a presença ou a ausência de controle nos argumentos, examinando as sentenças abaixo: as sentenças que, em geral, aceitam a construção *...decidiu não mais (ou parar de)...* acarretam controle para o seu sujeito:

- (9) a. João quebrou/pintou/fez o vaso.
- b. João decidiu não mais quebrar/pintar/fazer o vaso.
- (10) a. João quebrou a perna/morreu/tem uma casa.
- b. *João decidiu não mais quebrar a perna/morrer/ter uma casa.

3.2. O Desencadeador

O desencadeador será a próxima propriedade investigada. Quando uma proposição acarreta para um determinado argumento *ter papel no desencadeamento do processo*, este será um acarretamento que compõe o seu papel temático, e a esse argumento é associada a propriedade de desencadeador:

- (11) *João* quebrou a janela.
- (12) *A chegada de Paulo* assustou Maria.

Uma observação importante é que a propriedade desencadeador não deve ser comparada ao papel temático de agente ou causa simplesmente, ou a qualquer outro papel temático. Por exemplo, agente é normalmente associado à intenção e ao controle. Embora essas propriedades possam ser compatíveis com desencadeador, como veremos, não é o caso necessariamente dos exemplos em (11) e (12). Outros exemplos, que ilustram a observação acima, é o exemplo (8) repetido abaixo:

- (13) a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
- b. A mãe casou a filha bem.
- c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Relembrando, a *professor/mãe/pai* podemos atribuir o seguinte papel temático: desencadeador do processo e ter controle sobre o desencadear desse processo; a *garoto/filha/filhos*, podemos atribuir: desencadeador do processo e, também, ser afetado por esse processo. Repare que desencadeador é somente uma propriedade que pode ser associada a outras propriedades, em um grupo específico de propriedades, chamado papel temático. Conseqüentemente, desencadeador pode ser parte de um “agente”, ou “causa”, ou ainda mesmo de um “paciente”. Podemos, até, ter um desencadeador de um processo mental, como no exemplo:

(14) Paulo leu/analizou/interpretou um livro.

Nesses exemplos, o desencadeador é parte de um “experienciador”. Dessa maneira, as propriedades semânticas que estou assumindo aqui não podem ser comparadas às noções comuns de papéis temáticos usadas na literatura.

Finalmente, a propriedade de desencadeador é compatível com controle. Quer dizer, um papel temático pode ter, entre as propriedades que o compõem, ambas as propriedades desencadeador e controle; só depende do evento descrito. O controle mais o desencadeador podem ser pensados como a capacidade de se iniciar ou não um processo, ou mesmo de interromper esse processo⁹:

- (15) a. João quebrou o vaso com um martelo.
 b. João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

Façamos um contraste das sentenças acima. A sentença (a) necessariamente acarreta que *João* é o desencadeador do processo e que *João* tem controle sobre o começar ou não o processo, ou mesmo de interrompê-lo durante a sua execução:

(16) João decidiu não mais quebrar o vaso com um martelo.

⁹ Evidentemente, podemos comparar essas duas propriedades ao agente prototípico. Descritivamente, não faz nenhuma diferença. Mas, teoricamente, manter o caráter flexível dos papéis temáticos como sendo um grupo de propriedades é relevante. É esse caráter flexível que nos permite analisar os papéis temáticos em exemplos tão controversos como (13) e, com isso, podermos atribuir um estatuto teórico aos papéis temáticos.

Entretanto, a sentença em (b) não acarreta que *João* tenha controle no desenrolar do processo, embora *João* ainda seja o desencadeador do processo de *quebrar*, pois ele tem algum papel no desencadear do processo:

(17) **João* decidiu não mais quebrar o vaso com o empurrão que levou do irmão.

3.3. O Afetado

O afetado será a terceira propriedade investigada. Essa propriedade é definida pela mudança de estado. Toda vez que uma proposição acarretar para um determinado argumento *mudança de um estado A para um estado B*, sendo este um acarretamento que compõe o papel temático desse argumento, esse argumento é associado à propriedade de afetado. Note que a afetação é definida de uma maneira mais ampla, podendo ocorrer em qualquer tipo de estado, incluindo a mudança de lugares, mudança de estados psicológicos, mudança de posses, etc.:

(18) *João* matou *seu colega*. (O colega mudou de estado de vida.)

(19) *Maria* preocupa *sua mãe*. (A mãe mudou de estado psicológico.)

(20) *Maria* recebeu um prêmio. (*Maria* obteve uma mudança em suas posses.)

(21) *João* jogou *a bola*. (A bola sofreu uma mudança de lugar.)

Afetado também é compatível com controle. Quer dizer que um papel temático pode ter, entre as suas propriedades, ambas as propriedades controle e afetação; isso dependerá do evento descrito. Afetado mais controle pode ser pensado como a capacidade de se interromper o processo. Ou seja, não se tem nenhum tipo de controle sobre o começo do processo, mas pode-se interromper seu desenrolar. Por exemplo:

(22) *João* recebeu uma herança.

João é afetado pelo recebimento de uma herança (ele não tinha nada antes e agora ele tem alguma coisa), entretanto ele pode interromper esse processo se ele quiser. Repare que (23) acarreta a *João* o controle sobre o processo:

(23) *João* decidiu não mais receber a herança.

Enquanto em (24), atribuir controle a *João* é impossível:

- (24) a. João recebeu um tapa.
 b. *João decidiu não mais receber um tapa.

3.4. O Estativo

Finalmente, o estativo é a quarta propriedade. Quando uma proposição acarreta a um de seus argumentos que suas propriedades não se alteram durante um intervalo t , ou seja, $e^{t1} = e^{t2} = e^{t3} = \dots = e^{tf}$, associamos esse argumento à propriedade de ser um estativo:

- (25) João leu *um livro*.

Na sentença acima, podemos concluir que, se é verdade que *João leu um livro*, então é necessariamente verdade que *o livro* não se alterou durante todo o processo de leitura, ou seja, permaneceu com as mesmas propriedades em $t_1, t_2 \dots t_n$. Entretanto, pode-se perceber que papéis temáticos de argumentos que são compostos pela propriedade estativo são compatíveis ainda com outras propriedades semânticas, desde que não sejam o desencadeador e o afetado. Apesar de a maioria dessas propriedades não serem relevantes gramaticalmente por se encontrarem em uma posição muito baixa na hierarquia das propriedades semânticas, ou ainda, por serem relevantes para o estabelecimento de outras instanciações sintáticas, é interessante nomeá-las aqui com o intuito de fornecer uma descrição mais fina da estrutura conceitual semântica. Veja os exemplos:

- (26) *João* tem uma casa. (estativo/possuidor)

Em (26), se é verdade que *João tem uma casa*, é necessariamente verdade que João não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que ele é o possuidor de algum objeto nesse intervalo de tempo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser um possuidor – ao argumento *João*. Um segundo exemplo é:

- (27) *João* adora festas. (estativo/experienciador)

Em (27), se é verdade que *João adora festas*, é necessariamente verdade que João não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de

tempo e que ele tem algum tipo de sentimento em relação a um objeto nesse intervalo de tempo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser um experienciador – ao argumento *João*. Um terceiro exemplo é:

(28) Maria leu *o livro*. (estativo/objeto de referência)

Em (28), se é verdade que *Maria leu um livro*, é necessariamente verdade que o livro não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo, e que ele é o objeto ao qual se refere a ação de Maria nesse intervalo de tempo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser o objeto de referência – ao argumento *livro*. Um quarto exemplo é:

(29) Esse livro custa *cem reais*. (estativo/valor)

Em (29), se é verdade que *esse livro custa cem reais*, é necessariamente verdade que o valor de cem reais não altera suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que este é o valor atribuído a algum objeto referido nesse intervalo de tempo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser um valor – ao argumento *cem reais*. Um quinto exemplo é:

(30) Essa casa apresenta *uma linda arquitetura*. (estativo/qualidade)

Em (30), se é verdade que *essa casa apresenta uma linda arquitetura*, é necessariamente verdade que a linda arquitetura da casa não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que esta é a qualidade de algum objeto referido nesse intervalo de tempo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser uma qualidade – ao argumento *uma linda arquitetura*. Um sexto exemplo é:

(31) João mora em *Belo Horizonte*. (estativo/locativo)

Em (31), se é verdade que *João mora em Belo Horizonte*, é necessariamente verdade que Belo Horizonte não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que este é o lugar em que se encontra o objeto referido. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser

um estativo e ser um locativo – ao argumento *João*. Ainda poderíamos incluir, entre as propriedades possíveis de ocorrerem com os estativos, as propriedades de ser a origem e de ser o alvo de algum processo:

(32) João veio de *Paris*.

(33) João foi para *Paris*

Em (32), se é verdade que *João veio de Paris*, é necessariamente verdade que *Paris* não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que *Paris* é o ponto de origem do processo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser a origem de um processo – ao argumento *Paris*. Em (33), se é verdade que *João foi para Paris*, é necessariamente verdade que *Paris* não alterou suas propriedades em um determinado intervalo de tempo e que *Paris* é o alvo, o ponto final do processo. Com essa análise, pode-se atribuir o papel temático – ser um estativo e ser o alvo – ao argumento *Paris*.

Uma observação importante. Apesar de as propriedades de ser um locativo e ser a origem ou alvo de um processo acarretarem a idéia de lugar, existe uma diferença entre essas propriedades. O alvo e a origem sempre ocorrem quando existe um outro argumento que traça algum tipo de trajetória, sendo deslocado, e o início e o final desse processo é delimitado. Veja que essas propriedades podem coocorrer:

(34) João atravessou a *piscina de uma ponta à outra*.

Em (34), *a piscina* é o lugar em que se dá o processo – o locativo; *uma ponta* é o ponto inicial do processo – a origem; e *a outra ponta* é o lugar final do processo – o alvo.

Retornando à noção de estativo, realço que os exemplos acima não representam nenhum problema para essa proposta, pois se adotarmos a definição de papéis temáticos como sendo um grupo de propriedades semânticas, todos esses papéis acima têm em comum a propriedade de ser um estativo dentro da proposição em que se encontram, além de outras propriedades mais específicas. E será a propriedade de ser um estativo a mais relevante para estabelecer as regras de projeção.

O estativo ainda é uma propriedade compatível com controle. Quer dizer, em alguns casos, pode-se interromper o estado em que alguém se

encontra, mesmo que não se tenha o controle sobre o começo ou sobre o desenrolar desse processo:

- (35) a. João mora em B.H.
b. João decidiu não mais morar em B.H.

Veja que o argumento *João* em (35) tem como papel temático as propriedades de estar em um determinado estado, além de ser o objeto de referência de alguma informação. E, como atesta a sentença (35b), podemos concluir que João tem o controle de interromper seu próprio estado.

Pode-se ainda dizer que algumas proposições que expressam estados psicológicos acarretam controle para seus “experenciadores”. Reparem que as sentenças (b) abaixo acarretam controle a seus sujeitos gramaticais:

- (36) a. João ama/odeia Maria.
b. João decidiu não mais amar/odiar Maria.

Mesmo que pragmaticamente as sentenças em (36b) possam parecer duvidosas (os mais românticos diriam que é impossível ter controle sobre o amor), gramaticalmente são perfeitas e acarretam o controle do estado a João. Enfim, a minha afirmação é que alguns predicadores acarretam a seus argumentos a propriedade de ser um estativo, e que também essa propriedade de ser estativo é compatível com a propriedade do controle; ou seja, dependendo do evento descrito, a proposição em que esses predicadores se encontram pode acarretar controle para o argumento que tem a propriedade de estativo.

Concluindo, então, temos que as propriedades explicadas acima de desencadeador, afetado, estativo e controle são as propriedades semânticas mais relevantes para a organização da estrutura sintática, pelo menos para o português brasileiro. Essa relevância foi confirmada pelo processo empírico que investigou a correlação sintaxe/semântica de um grande número de sentenças, das mais variadas classes semânticas de verbos. Conseqüentemente, essas propriedades vão compor as regras de projeção estabelecidas para a ligação entre a estrutura conceitual semântica e a estruturação sintática das sentenças. Antes, porém, de estabelecer essas regras, faz-se necessário esclarecer como se dá a passagem do evento para a estrutura conceitual e dessa para a estrutura sintática.

Reparem que esta escolha está sujeita a condições restritivas do léxico, da morfologia e da sintaxe. No exemplo em (37), imaginemos que o falante tivesse a intenção de focalizar o ato de quebrar. Certamente, a morfologia do português impede a seguinte construção:

(40) *O quebramento do vaso por João.

O falante, então, tem de buscar alternativas possíveis na língua (lexicais, morfológicas ou sintáticas) para evidenciar a sua intenção, como, por exemplo, a propriedade sintática de topicalização:

(41) Quebrar o vaso, foi o que João fez.

Podemos, assim, dizer que, do evento no mundo para a expressão lingüística, o léxico, a morfologia e respectivas propriedades são filtros das múltiplas possibilidades em que podem se expressar os eventos. A estruturação dos eventos é a base para a noção lingüística de papel temático. Os papéis temáticos são projetados na estrutura sintática via algumas regras que os organizam, determinando a ordem dos argumentos na sentença.

Para concluir, é necessário estabelecer como as propriedades semânticas dos predicados estão representadas no léxico. Se a definição de Dowty (1989, 1991) fosse adotada em toda a sua extensão, as propriedades representadas no léxico seriam necessariamente os acarretamentos dos itens lexicais. Entretanto, como já vimos, as propriedades de alguns papéis temáticos são motivadas não somente pelos acarretamentos dos itens lexicais, mas pela composição desses itens na proposição, como no exemplo abaixo:

(42) Maria matou a galinha com uma faca afiada.

Só podemos atribuir o controle da ação de matar a *Maria* pela composição de *Maria matou a galinha com uma faca afiada*; o item lexical *matar* isoladamente não acarreta necessariamente controle para o seu desencadeador, como em (43):

(43) A doença matou a galinha.

Como conseqüência, temos um léxico menos restritivo, em que estão marcados os acarretamentos lexicais do predicador e, também, as propri-

edades compatíveis com esse predicador; e não, os papéis temáticos, como é usualmente assumido. Vejamos os exemplos abaixo:

(44) MATAR: V, {desencadeador (controle), afetado}

(45) RECEBER: V, {afetado (controle), afetado, estativo}

(46) AMAR: V, {estativo (controle), estativo}

Adotemos a definição de acarretamento lexical de Dowty: acarretamento lexical de um predicador são todas as coisas que podemos concluir sobre esse predicador somente por saber que a sentença x *predicador* y é verdadeira. Temos, então, que o predicador *matar* em (44) acarreta necessariamente que existe um desencadeador e um afetado no processo de matar. Além disso, assumo que o léxico também traz a informação de que esse desencadeador é compatível com o controle (os parênteses indicam a possibilidade de ocorrência). Ou seja, o acarretamento lexical é uma primeira fonte de informação, mas a composição com outros itens da sentença ainda pode acrescentar informações e alterar o papel temático de um dado argumento. A mesma análise se aplica aos outros exemplos acima. Portanto, serão essas informações que estarão presentes nas regras de projeção a serem estabelecidas.

5. As Regras de Projeção

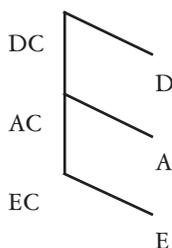
Apresento, agora, as regras que estabelecem a projeção da estrutura conceitual semântica sobre a estrutura sintática. Essas regras surgiram de uma extensa análise empírica, mas serão ilustradas, aqui, apenas com alguns exemplos mais relevantes, devido aos propósitos deste artigo (e também devido ao espaço limitado de um artigo). Porém, para cada classe comentada, existe um número razoável de exemplos, em torno de 1100 verbos no total, que foram investigados por Cançado (1995a), Moreira (2000), Silva (2002) e Wenceslau (2003). Remeto o leitor interessado nessa análise empírica a esses textos.

a) Regra A

A primeira regra estabelece a ligação entre as propriedades dos argumentos da proposição e as posições sintáticas de argumento externo e

interno. A Regra A pode ser representada pelo diagrama em (47), que deve ser interpretado da seguinte maneira: o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento externo na estrutura sintática; o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a segunda propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento interno da estrutura sintática. O diagrama em (47), nomeado de Diagrama E, apresenta as seguintes propriedades: DC, o desencadeador com controle; D, o desencadeador; AC, o afetado com controle; A, o afetado; EC, o estativo com controle; e E, o estativo. O Diagrama E deve ser lido assim: $DC > D > AC > A > EC > E$:

(47) O Diagrama E ¹¹



Mesmo que o diagrama hierárquico apresentado acima seja composto de seis elementos, observe que somente quatro propriedades semânticas e suas combinações são usadas para o seu estabelecimento. Essas propriedades conseguem abranger, em uma classificação mais geral, a maioria dos papéis temáticos listados na literatura. Isso é uma vantagem sobre outras hierarquias, que têm que se valer de uma lista de papéis temáticos que nem sempre abrange a totalidade dos papéis temáticos existentes. Por exemplo, nas hierarquias apresentadas de (1) a (3), uma faz uso das noções de experienciador e de beneficiário, outra faz uso da noção de meta e fonte, mas não há um consenso de quais sejam os papéis relevantes para a composição da hierarquia, que, como já salientei, é pressuposta universal.

¹¹ O Diagrama E não implica nenhuma hierarquia pluridimensional, sendo apenas uma maneira mais visual de identificar a hierarquia entre as propriedades. Poder-se-ia, perfeitamente, escrever as propriedades apenas de uma maneira linear, como foi feito anteriormente.

b) Regra B

Como o diagrama hierárquico organiza somente as posições argumentais dos predicadores, ou seja, a posição de argumento externo e interno, todos os outros argumentos que também forem acarretados pelo predador aparecerão como adjunções, marcados com uma preposição (exceto nos casos de seleção de preposições idiomáticas). Essa também é uma diferença entre outras hierarquias existentes que, geralmente, estabelecem somente a ligação entre uma hierarquia de papéis temáticos e a posição de argumento externo.

c) Regra C

Alguns predicadores permitem uma violação na ordem da hierarquia. É o caso da alternância de construções como passivas, ergativas e outras. Nessas situações específicas, o argumento que viola a ordem hierárquica aparece na sentença como adjunção, marcado com uma preposição, e (quase sempre) esse tipo de alternância é marcado morfológicamente na sentença.

5.1. *A Regra A e os Dados do Português Brasileiro*

A Regra A pode ser exemplificada pelas construções do português brasileiro incluídas na classe de verbos de ação e atividades¹², ou seja, verbos que acarretam para um de seus argumentos *ser o desencadeador do processo* e que também são compatíveis com *controle*. O argumento que tem como acarretamento ambas as propriedades de desencadeador e controle será sempre localizado na posição de argumento externo:

- (48) O pai estudou os filhos até a faculdade. → desencadeador/controle > desencadeador/afetado
- (49) Paulo noivou/casou a filha no sábado. → desencadeador/controle > desencadeador/afetado

¹² Segundo Franchi (1997), em um corpus de 500 verbos, 420 verbos, ou seja, 84%, são de ação (*accomplishment*); 50 verbos, 10%, são de atividade; 15 verbos, 3%, são de processo (*achievement*); e 15 verbos, 3%, são de estado.

- (50) Paulo assassinou/ajudou Maria. → desencadeador/controle > afetado
 (51) Paulo construiu/desenhou uma casa. → desencadeador/controle > estativo¹³

Veja que exemplos como (48) e (49) seriam problemas para a maioria das hierarquias existentes, pois esse tipo de ocorrência não está previsto por elas. Pode-se pensar que são construções marginais. Entretanto, um primeiro levantamento teve como resultado aproximadamente 30 sentenças nas quais ocorre a dupla causação com apenas um predador. Parece que essa construção está se tornando bastante produtiva em português brasileiro coloquial.

A segunda posição mais proeminente é para o argumento que, na ausência do desencadeador/controle, tem somente o desencadeador como acarretamento relevante:

- (52) As provas preocupam Maria à desencadeador > afetado/controle
 (53) A firma pagou Maria. → desencadeador > afetado
 (54) O vento quebrou a janela. → desencadeador > afetado
 (55) Essa caneta amarela escreveu a carta anônima. → desencadeador > estativo

Em uma análise por propriedades relevantes, não precisa mais se falar em beneficiário ou experienciador, como seria o caso dos exemplos em (52) e (53). Um dos problemas em relação ao experienciador e beneficiário é que, em realidade, não existe apenas um tipo de experienciador ou um tipo de beneficiário. Veja os exemplos abaixo:

- (56) a. *João* analisou o texto.
 b. As provas preocupam *Maria*.
 c. *João* ama *Maria*.
 (57) a. *João* recebeu uma herança.
 b. O patrão ajudou *o empregado*.
 c. João deu um presente para *Maria*.

Em (56a), *João* é o desencadeador com controle e, também, passa por uma experiência psicológica; em (56b), *Maria* é afetada por um processo e,

¹³ O resultado de uma construção é somente um estativo e não um afetado, pois a construção não tem um estado inicial para ser mudado; como os resultados de pintar, escrever, etc.

também, sofre uma experiência psicológica; em (56c), *João* é um estativo, pois ele permanece constante em seu estado, mas também está em uma experiência psicológica. Com esses exemplos, percebemos que não se pode falar de apenas um “experenciador”, pois existem três tipos: um “experenciador/desencadeador”, um “experenciador/afetado” e um experenciador/estativo. O mesmo ocorre com o beneficiário. Em (57a), *João* é afetado por um processo, tem controle sobre esse processo e, também, é beneficiado por esse processo; em (57b), *o empregado* é afetado por um processo, mas, também, é beneficiado por esse processo; em (57c), *Maria* é o alvo de um processo, mas também é beneficiada por esse processo. Assim como o experenciador, não se pode falar de apenas um tipo de beneficiário, mas de pelo menos três: um “beneficiário/afetado/controle”, um “beneficiário/afetado” e um “beneficiário/alvo”. É mais relevante: esses tipos se refletem na sintaxe. Veja que os diferentes tipos de experenciador e beneficiário ocupam as distintas posições sintáticas de sujeito ((56a) (56c) (57a)), de objeto (56b) (57b) e de adjunto (57c). Como os dois papéis temáticos ocorrem em todas as posições sintáticas, o que vai determinar a posição sintática desses papéis não é ser beneficiário ou ser um experenciador, mas sim, quais os outros tipos de propriedades semânticas envolvidas. Portanto, propostas de hierarquia como, por exemplo, propõem Bresnan & Kanerva (1989) – agente > beneficiário > experenciador > instrumento > tema/paciente > locativo, não se sustentam diante das análises de (56) e (57)¹⁴.

A terceira posição proeminente é para o argumento que, na ausência de desencadeador/controle e de desencadeador, tem como acarretamentos relevantes ser afetado com controle:

(58) Sam cortou seu cabelo no barbeiro. → afetado/controle > afetado

(59) João recebeu um livro. → afetado/controle > afetado

(60) Paulo aceitou a herança. → afetado/controle > estativo

(61) João igualou-se ao irmão na escola, devido ao seu esforço. → afetado/controle > estativo

Os exemplos em (58) e (59) seriam problemáticos para uma hierarquia que não prevê a ocorrência de beneficiário e paciente, simultanea-

¹⁴ Sobre beneficiários, ver Wenceslau (2003); e sobre experenciadores, ver Cançado (1995, 2002).

mente. Por exemplo, Jackendoff (1990) propõe, em uma hierarquia que também aceita uma certa composição de propriedades, que o paciente menos afetado ou o beneficiário mais afetado esteja sempre ligado à posição de objeto. Como lidar com as ocorrências do português em que temos os dois papéis em uma mesma sentença? Também na proposta de Jackendoff, o controle só é associado à agentividade, o que me parece equivocado, devido ao que já foi mostrado anteriormente.

A quarta posição proeminente é para o afetado, quando o argumento não apresenta as propriedades desencadeador/controlado, ou desencadeador, ou afetado/controlado:

(62) João tornou-se um líder, por acaso. → afetado > estativo

(63) João recebeu um tapa. → afetado > estativo

Finalmente, a última posição proeminente é para o estativo/controlado, quando o argumento não tem nem desencadeador/controlado, nem desencadeador, nem afetado/controlado entre as suas propriedades:

(64) João ama/teme/admira Maria. → estativo/controlado > estativo

(65) Maria mora em Paris. → estativo/controlado > estativo

Veja que os exemplos acima não encerram todas as possibilidades para ocorrências com estativos. Existem construções em que somente aparecem estativos, sem nenhum controle:

(66) João tem uma casa. {estativo, estativo}

(67) A casa apresenta uma linda fachada. {estativo, estativo}

(68) A casa custa U\$ 100,000. {estativo, estativo}

(69) O rio cerca a cidade. {estativo, estativo}

É importante enfatizar novamente que os exemplos acima não violam, de maneira alguma, o Critério- θ , ou seja, a existência de um mesmo papel temático em duas posições argumentais. De acordo com a proposta aqui apresentada, o papel temático é um grupo de propriedades e, portanto, não existe uma violação do Critério- θ , quando dois papéis temáticos têm uma ou mais propriedades em comum. Esse é o caso para as construções estativas mostradas acima, já apresentadas nos exemplos de (26) a (34):

- (70) João tem uma casa. {estativo/possuidor, estativo/objeto de referência}
 (71) A casa apresenta uma linda fachada. {estativo/objeto de referência, estativo/qualidade}
 (72) A casa custa U\$ 100,000. {estativo/objeto de referência, estativo/valor}
 (73) O rio cerca a cidade. {estativo/objeto de referência, estativo/locativo}

Moreira (2000) propõe que exista também uma hierarquia interna entre essas propriedades estativas:

- (74) estado mental/psicológico/perceptual /de posse
 ↓
 objeto de referência
 ↓
 outros (valor, qualidade, locativo, origem, alvo, etc.)¹⁵

Como última observação, a Regra A está relacionada diretamente aos níveis semânticos de análise. Para se atingir uma classificação correta dos papéis temáticos, deve-se levar em conta dois distintos níveis de análise semântica: a análise temática, que lida com a relação entre os itens lexicais presentes na sentença; e a análise do sentido do item lexical, que lida com as propriedades semânticas, inerentes ao item lexical. Algumas vezes, existe uma falsa superposição desses níveis. Consideremos os exemplos:

- (75) a. João quebrou a janela com um martelo.
 b. O martelo quebrou a janela.
 (76) a. Existem estrelas no céu.
 b. O céu tem estrelas.¹⁶

Nas sentenças (a), *martelo* e *céu* recebem as propriedades de ser um instrumento e ser um locativo, respectivamente, devido à atribuição de

¹⁵ Em realidade, existem alguns contra-exemplos para essa hierarquia estativa:

(i) A casa pertence a Maria.

No exemplo acima, o possuidor está em uma posição mais baixa que o objeto de referência. Como foi sugerido por um parecerista da revista, é necessário um estudo mais amplo dessa classe de verbos estativos, tanto para uma definição mais clara de certas propriedades como objeto de referência, valor, qualidade, etc., como para o estabelecimento de uma hierarquia entre elas.

¹⁶ Para referências mais detalhadas a esse tipo de ocorrência locativa, ver Silva (2002).

papel temático pela preposição ao seu complemento e, composicionalmente, do PP com o VP. Além disso, *martelo* tem um sentido instrumental inerente ao próprio item lexical, e *céu*, um sentido locativo inerente ao próprio item lexical. Esse sentido inerente pode levar a atribuir as propriedades de instrumento e de locativo, também, às sentenças (b). Entretanto, assumo que essa é uma análise equivocada. Na sentença (75b), *martelo* é o desencadeador direto do processo; não se pode dizer que *quebrar o vaso* acarrete a *martelo* que este seja um instrumento. Em realidade, *martelo* tem a propriedade semântica lexical de ser um instrumento, assim como também é concreto, etc. Mas não é um instrumento na relação estabelecida pelos itens lexicais da sentença (75b). Se não há a presença da preposição atribuindo a *martelo* o papel de instrumento, não se tem como estabelecer essa relação. A mesma análise é aplicada à sentença (76b). O argumento *céu* receberia as propriedades semânticas de ser um estativo e ser o objeto de referência da relação estabelecida entre o predicador e seu argumento. Evidentemente, *céu* tem, entre as suas propriedades lexicais, a propriedade de ser um locativo, entretanto não é um locativo na relação estabelecida pelos itens lexicais da sentença (76b), em que não há a presença da preposição *em* para atribuir esse papel temático.

5.2. A Regra B e os Dados do Português Brasileiro

As regras de projeção organizam somente as posições argumentais externa e interna do predicador. Todos os outros argumentos associados às outras propriedades inscritas na representação lexical serão marcados com uma preposição e projetados na sintaxe como adjunções. Assumo, juntamente com Baker (2001), que todo argumento/complemento introduzido por uma preposição está em posição de adjunção, já que este tem a mesma estrutura sintática e as mesmas propriedades sintáticas de qualquer adjunto. Vale, aqui, abrir parênteses para explicar um pouco mais sobre o que eu estou chamando de argumentos inscritos na representação lexical de um predicador.

Proponho que os papéis temáticos atribuídos por um verbo serão especificados a partir da estrutura conceitual semântica desse predicador e não, a partir da estrutura temática assumida geralmente pelos gerativistas. Explicando melhor, os argumentos de um verbo, por exemplo, são todos

os argumentos acarretados lexicalmente por esse verbo, no sentido lógico do termo *argumento*. Irei, pois, chamar esses argumentos de argumentos lógicos, para não confundir com os argumentos atribuídos geralmente a um verbo (os argumentos que se projetam na posição de sujeito e complementos de um verbo). Por exemplo, estou assumindo que um verbo como *vender* terá quatro argumentos lógicos, cujos papéis temáticos serão: desencadeador com controle, afetado, alvo e valor. Necessariamente, esses quatro argumentos são acarretados pelo verbo *vender*, e será o verbo o atribuidor dos papéis temáticos a esses argumentos, ou seja, quando pensamos no item lexical *vender* sempre estão associadas a ele as noções de que existem um agente dessa venda, um objeto transferido, uma pessoa para quem vendemos e um valor. Veja que argumentos lógicos não se comparam às noções de complemento e adjunto e não há nenhuma explicitação do que deve ou não deve estar presente na sintaxe. Tomando o verbo *vender* como exemplo temos:

- (77) a. João vendeu um livro usado para Maria por dez reais.
 b. João vendeu um livro usado para Maria.
 c. João vendeu um livro usado.
 d. E o livro usado? João vendeu.
 e. Livros usados vendem facilmente.

Os argumentos lógicos, em (77), podem não ocorrer, necessariamente, na estrutura superficial da sentença (em realidade, nem os argumentos, sujeito e complementos, normalmente atribuídos pelos estudos gramaticais, precisam estar explicitados na sintaxe, como mostra os exemplos¹⁷). Entretanto, se tivermos mais de dois argumentos lógicos para um predicador, esses outros argumentos só podem aparecer na sintaxe de sentenças em português, encabeçados por uma preposição. A essas preposições, chamarei de funcionais, pois elas somente encabeçam o argumento lógico de um outro predicador, porque na sintaxe do português não é permitido que mais de um argumento interno seja explicitado na sentença sem preposição; ou, em uma análise gerativista, que existam argumentos que não recebam caso. Por isso, é necessário que as preposições *para* e *por* sejam introduzidas na estrutura sintática de (77a), embora essas preposições não sejam as responsáveis pela atribuição de papel temático. Ainda há uma

¹⁷ Ver argumentação semelhante em Baker (2001).

observação, mostrada por Cançado (1995). Mesmo que as preposições não atribuam papéis temáticos, seus sentidos têm que ser compatíveis semanticamente com os papéis temáticos acarretados pelo verbo predicador. No exemplo (77), o papel temático do argumento *Maria*, ser um alvo do processo e ser beneficiado pelo processo, é atribuído pelo verbo *vender*, pois podemos afirmar que o verbo *vender* acarreta essas propriedades semânticas a *Maria*. Entretanto, é necessário que o sentido da preposição funcional seja compatível com o sentido do argumento acarretado pelo verbo. A preposição *para*, entre seus possíveis sentidos, pode ter o sentido específico de ser um alvo de um processo. O verbo *vender* acarreta que se tenha um valor envolvido no processo necessariamente. A preposição *por*, que encabeça o argumento *dez reais*, tem, entre seus possíveis sentidos, o sentido de ser um valor. Veja que só conseguimos trocar a preposição funcional por outra que tenha o mesmo sentido:

- (78) a. João vendeu um livro usado a Maria por dez reais. (a preposição *a* pode ter o sentido de ser o alvo de algum processo)
 b. *João vendeu um livro usado com/sem/de a Maria por dez reais.

Diferentemente, as preposições que chamo de predicadoras, as que atribuem papel temático a um argumento que é seu complemento e não, complemento do verbo, podem ser trocadas sem que as sentenças fiquem agramaticais. Veja que as preposições que estão em posição de adjunção podem ser mudadas de acordo com o sentido desejado e, naturalmente, de acordo com as compatibilidades lexicais, como observa Berg (em prep.)¹⁸:

- (79) a. João quebrou o vaso com/contra/sobre um martelo.
 b. João leu o livro com/sem/sobre os óculos.
 c. João andou sem/com/entre/de/sobre óculos.

Retornando à Regra B, analisemos um exemplo. Temos como representação do item lexical *vender*:

- (80) VENDER: V, {desencadeador/controle, afetado, valor, alvo}

¹⁸ M. Berg (em prep.) – “O Comportamento Semântico Lexical das Preposições no Português Brasileiro”, tese de Doutorado, em andamento, UFMG – faz um amplo estudo sobre o sentido e a atribuição de papéis temáticos das preposições no português brasileiro.

O item lexical *vender* acarreta que existe alguém que desencadeia o processo e necessariamente tem controle sobre esse processo. Também, como acarretamento, temos que existe um objeto afetado nesse processo, pois alguma coisa muda de posse. Existe um valor envolvido nesse processo e, também, existe um alvo desse processo. Como resultado, temos a representação lexical em (80). A Regra A estabelece que o desencadeador com controle é proeminente em relação ao afetado. O afetado é proeminente em relação a qualquer estativo, incluindo aí valor e alvo. Portanto, o argumento relacionado às propriedades de desencadeador com controle terá a posição de argumento externo; o argumento relacionado à afetação terá a posição de argumento interno; as outras propriedades são marcadas com uma preposição semanticamente compatível (com o papel temático atribuído a esses argumentos pelo verbo) e esses argumentos lógicos serão projetados como adjuntos na estrutura sintática, não importando a ordem. Essa regra nos dá as sentenças em (81), por exemplo:

(81) João vendeu uma casa para Maria por U\$ 100,000.00./por U\$ 100,000.00 para Maria.

Nesse ponto, é importante esclarecer alguns aspectos relacionados a papéis do evento e a papéis temáticos. Na análise temática dada acima, poderia ser questionada a razão de se ter somente a propriedade de alvo associada à *Maria*, pois *Maria* poderia ser também o desencadeador do processo de compra/venda. Aqui aparece a diferença entre papéis do evento e papéis temáticos. *Maria* é um dos desencadeadores do evento no mundo; o outro desencadeador é *João*. Evidentemente que o processo de vender/comprar no mundo é o mesmo, se tivermos os mesmos participantes. Mas se vamos para o nível lingüístico, *vender* não acarreta a *Maria* que ela tem algum papel no desencadeamento do processo de vender. Relações temáticas são exatamente os acarretamentos atribuídos pela proposição a seus argumentos e, portanto, uma relação específica entre os significados dos itens lexicais. Conseqüentemente, não é verdadeira a afirmação de que se *João vendeu a casa para Maria*, essa sentença acarreta a *Maria* que ela seja a desencadeadora de *vender*; acarreta a *Maria* que ela é o alvo do processo de vender. E, na verdade, *Maria* é a desencadeadora do processo de comprar. Essa argumentação pode ser ilustrada com outro exemplo:

- (82) a. João recebeu uma herança de seus pais.
 b. RECEBER: V, {afetado(controle), afetado/deslocado, estativo/origem}

O item lexical *receber* acarreta que alguém é afetado pelo processo e, na sentença acima, que tem controle sobre esse processo. Também existe um objeto transferido no processo em (82) e, portanto, afetado/deslocado; ainda, esse processo parte de uma origem, portanto, um estativo/origem. Naturalmente, se pensarmos sobre o evento no mundo, *seus pais* são os desencadeadores do processo de *dar/receber*, mas não na sentença que explicita somente as relações entre o item lexical *receber* e seus argumentos. Não é verdade que *seus pais* sejam os desencadeadores do processo de receber; é verdade que *seus pais* são a origem do processo de receber (a pergunta seria: de onde/de quem ele recebeu a herança?); na verdade, *seus pais* são os desencadeadores do processo de dar. Muitos outros exemplos poderiam ser dados. Por exemplo, em construções ergativas, quando se tem *a janela quebrou*, existe algo que é o desencadeador do processo? Sustento que, nessa sentença, não existe nenhum desencadeador como relação temática, embora exista algo no evento no mundo que desencadeie o processo de quebrar. Parece mais claro agora como se distinguem os papéis como função entre participantes e o evento no qual estes participam – noções do mundo – e os papéis temáticos enquanto propriedades dos itens lexicais – noções lingüísticas (ver Barwise & Perry, 1983; Chierchia, 1989).

Portanto, a Regra B organiza somente as posições argumentais de um predicador (argumento externo e interno) e se houver outros argumentos lógicos desse predicador, estes serão marcados com uma preposição e projetados como adjunção na estrutura sintática. Entretanto, existem ainda alguns casos em que as preposições acompanham o verbo e são vistas como parte inerente desse verbo. Neeleman (1994) nomeia esses casos de “seleção de preposições idiomáticas”. Observe que, nesses casos, não se pode mudar a preposição, como ocorre com as outras construções envolvendo preposições predicadoras dos exemplos em (79), e nem por outra preposição de mesmo sentido, como ocorre com as preposições funcionais em (78a):

- (83) João depende de *com/*em/*para Maria.
 (84) João gosta de *com/*em/*para Maria.
 (85) João concorda com *de/*em/*para Maria.

Portanto, nos casos em que se tem a preposição inerente ao verbo, assume-se que PPs são complementos, ou seja, argumentos internos, e estão sujeitos às regras de projeção¹⁹.

5.3. *A Regra C e os Dados do Português Brasileiro*

A última regra prevê que alguns predicadores permitem a violação na ordem da hierarquia, quando existe uma alternância sintática do tipo passivização, ergativização, ou outras. Nesses casos, o argumento relacionado a essa alternância deve ser realizado em posição de adjunção, marcado com uma preposição. Em uma abordagem funcionalista, Foley e Van Valin (1984) propõem uma Hierarquia Temática que apresenta um comportamento similar em relação a passivas, a tópicos e a outros processos. Por exemplo, para o predicador *preocupar*:

(86) PREOCUPAR: V, {desencadeador, afetado (controle)}

A ordem prevista pela Regra A é desencadeador > afetado. E assim tem-se:

(87) A guerra preocupa Maria.
desencadeador > afetado

Entretanto, existe a construção ergativa em que o afetado passa para a posição de argumento externo. Se ainda quisermos incluir o desencadeador na descrição do evento, este deve ser projetado em posição de adjunção, marcado com uma preposição. Também nesses casos a preposição é funcional, pois ela apenas encabeça um argumento que recebe papel temático do verbo predicador:

(88) Maria (se) preocupa com a guerra.

¹⁹ Os verbos de movimento do tipo *vir* ou *ir* podem parecer um contra-exemplo a essa afirmação:

- (i) João vem de/para/em Paris.
- (ii) João vai de Paris para BH.
- (iii) João vai para BH.

Entretanto, em pesquisa desenvolvida por Corrêa, percebe-se que verbos de movimento que acarretam uma trajetória tem um comportamento diferente e as preposições atreladas a esses verbos não podem ser consideradas inerentes (R. Corrêa, (em prep.) "Trajetória e Hierarquia Temática". Dissertação de Mestrado, UFMG.)

Essas alternâncias quase sempre apresentam uma marca morfológica. Esse é o caso para as construções ergativas nas línguas românicas e nas construções passivas:

- (89) a. QUEBRAR: V, {desencadeador (controle), afetado}
 b. A janela *foi quebrada* por João.
 c. A janela (*se*) quebrou com um martelo.

Ainda podemos lembrar o exemplo de sujeito composto e a propriedade comitativa, que também segue a Regra C:

- (90) a. CARREGAR: V, {desencadeador (controle), estativo}
 b. João e Maria carregaram o piano.
 c. João carregou o piano *com Maria*.

Com as regras apresentadas acima, acredito que se pode cobrir um grande número de ocorrências da língua, pelo menos para o português brasileiro.

6. Considerações Finais

Vimos, pois, neste artigo, a proposta de se estabelecerem regras de projeção entre a estrutura conceitual semântica e a estruturação sintática das sentenças. Ou seja, foi proposto que o conteúdo semântico dos papéis temáticos tem um papel relevante em relação à organização das posições argumentais e de adjunção nas sentenças. Entretanto, nesta proposta, papéis temáticos não são mais noções primitivas como as noções de agente, paciente, etc., mas são definidos como um grupo de propriedades semânticas acarretadas composicionalmente pelas proposições a determinados argumentos. A vantagem de se usar uma abordagem composicional na atribuição de papel temático é que podemos abranger uma variedade de significados dos itens lexicais e suas composições. Também o caráter flexível da utilização dos acarretamentos na definição do conteúdo semântico dos papéis temáticos facilita a adoção dessas noções em uma teoria gramatical ou no estabelecimento de regras de projeção entre a sintaxe e a semântica, como é o caso deste artigo. Foram estabelecidas as Regras de Projeção baseadas nas propriedades semânticas que compõem os papéis temáticos, diferentemente das propostas correntes da literatura. O que

determina a posição sintática de um argumento é a propriedade semântica a este relacionada, e não mais noções tão controversas como “experenciador”, “beneficiário”, e outros. A proposta aqui mostrada é baseada em um *corpus* bem abrangente (cerca de 1 100 verbos e suas construções) e, portanto, parece ser razoavelmente adequada para o português brasileiro.

Recebido em janeiro de 2004

Aprovado em setembro de 2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, M. 1979. Noun Phrase Structure. University of Connecticut Doctoral Dissertation.
- BAKER, M. 2001. On the Differences among the Lexical Categories. Manuscrito, Rutgers University, New Jersey.
- BARWISE, J. and J. PERRY. 1983. *Situations and Attitudes*. Cambridge (MA): MIT Press.
- BRESNAN, J. and J. KANERVA. 1989. Locative Inversion in Chichewa: a Case Study of Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry* 20: 1-5.
- CANÇADO, M. 1995. Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional, Dissertação de Doutorado, Unicamp, Campinas.
- _____. 2002. Uma Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: Verbos Psicológicos. *Revista do GEL. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi..* (Eds.) ALTMAN C., M. HACKEROTT e E. VIOTTI. São Paulo: Humanitas/Contexto.
- _____. 2003a. Um Estatuto Teórico para os Papéis Temáticos. In: MULLER, Ana Lúcia, Esmeralda NEGRÃO e Maria Jose FOLTRAN (orgs.) *Semântica Formal*. São Paulo: Editora Contexto: 95-124.
- _____. 2003b. Hierarquia Temática: uma proposta para o PB. *Revista Letras* 61: 60-62.
- _____. (Org.) 2003c. *Predicação, Relações Semânticas e Papéis Temáticos: Anotações de Carlos Franchi*. *Revista de Estudos da Linguagem*. Vol. 11. 2.
- CHIERCHIA, G. 1989. Structured Meanings. In: Chierchia, Hall-Partee e Turner. (Eds.) *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues*, 131-166. Daordrecht: Kluver.

- CHIERCHIA, G. and McCONNELL-GINET. 1992. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- CINQUE, G. 1980. On Extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics* 5: 47-99.
- DAVIDSON, D. 1980. *Actions and Events*. New York: Oxford University Press.
- DOWTY, D. 1989. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: Chierchia, Partee e Turner. (Eds.) *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy, 2: Semantic Issues*, 69-129. Daordrecht: Kluwer.
- FOLEY, W. A. & R. D. Van Valin Junior. 1984. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANCHI, C. 1997. Predicação. Manuscrito publicado em Cançado, M. (Org.) (2003c). *Predicação, Relações Semânticas e Papéis Temáticos: Anotações de Carlos Franchi*. *Revista de Estudos da Linguagem*. Vol. 11.no.2.
- GIORGI, A. & Longobardi. 1991. *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIGGINBOTHAM, J. 1985. On Semantics. *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.
- JACKENDOFF, R. 1972. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge (MA): MIT Press.
- _____ 1990. *Semantic Structures*. Cambridge (MA): MIT Press.
- _____ 1997. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge (MA): MIT Press.
- MOREIRA, C. 2000. Princípio de Ligação Sintaxe/Semântica: Construções Estativas. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- NEELEMAN, Ad. 1997. PP-Complements. *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 89– 137.
- PUSTEJOVSKY, J. 1996. *The Generative Lexicon*. Cambridge (MA): MIT Press.
- RAPOSO, E. 1992. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SILVA, E. S. 2002. Predicadores Espaciais: Estrutura Argumental e Hierarquia Temática. Dissertação de Mestrado. UFMG.
- TORREGO, E. 1985. On Empty Categories in Nominals. Manuscrito. University of Massachussets.
- WENCESLAU, F. L. 2003. Verbos Beneficiários: um estudo na interface entre Semântica e Sintaxe.